



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

PREGÃO N.º 01/2020

PROCESSO: 14.369/2018

SEMAC – REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, diversos e de refrigeração.

RELATÓRIO

O Edital do Pregão Eletrônico n.º01/2020, cujo objeto é a realização de licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, diversos e de refrigeração, TRE-BA, foi devidamente publicado, em **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade Pregão Eletrônico, visando a eventual aquisição de materiais elétricos, hidráulicos, diversos e de refrigeração, publicado, em 27 de janeiro de 2020, nos sites do TRE na Internet, no Comprasnet, no Jornal de Circulação Nacional e no Diário Oficial da União.

Em 04 de fevereiro de 2020, a empresa **NUNES E UEKI COMERCIO DE MATERIAIS ISOLANTES E DE FIXAÇÃO - ELÉTRICA THERMOFIX** apresentou Impugnação ao Edital do Pregão n.º 01/2020, insurgindo-se contra requisito constante nas Especificações –Anexo A, do Termo de Referência do Anexo I do instrumento convocatório;

“Ao verificar as especificações técnicas descritas para os itens 32 e 84 (referem-se ao mesmo material, porém com cota reservada à ME/EPP), Lâmpadas LED, identificamos que tais especificações contemplam um equipamento com baixa eficiência energética, portanto um equipamento com padrão de qualidade e desempenho inferior.

Ressalta que, “conforme determina o parágrafo único do artigo 7º do Decreto 10.024/19, a Administração Pública deve prezar pela aquisição de materiais mais eficientes e sustentáveis, e que, portanto, proporcionam a melhor relação custo x benefício para a sociedade, e não pelo produto mais barato”.

“Aduz ainda que “embora a obtenção do SELO PROCEL não seja obrigatória, os parâmetros utilizados para concessão do mesmo servem como diretrizes para escolha de lâmpadas economicamente sustentáveis”.

Em seguida, faz o seguinte complemento: “É de interesse público que a Administração utilize os recursos públicos de maneira inteligente, priorizando a aquisição de materiais e serviços com alto nível de qualidade e desempenho. A aquisição de materiais com níveis baixos de qualidade e desempenho ocasionam, no médio e longo prazo, um aumento nos gastos e desperdícios dos recursos públicos”.

III – DO DIREITO.

Conforme acima mencionado, a descrição dos itens 32 e 84 não apresenta as características mínimas de qualidade e desempenho constantes do **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica**, características estas que podem, e devem, ser utilizadas como diretrizes pra aquisição de materiais e equipamentos elétricos. Vide quadro constante na página 4 do arquivo anexo.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

Assim sendo, está em desacordo com o que determina o Decreto 10.024/19, conforme segue:

1 - Contradiz os Princípios da Eficiência e do Desenvolvimento Sustentável.

“Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.

§ 1º O princípio do desenvolvimento sustentável será observado nas etapas do processo de contratação, em suas dimensões econômica, social, ambiental e cultural, no mínimo, com base nos planos de gestão de logística sustentável dos órgãos e das entidades.”

2 – Não atende o que determina o Art. 7º em seu parágrafo único, que determina a busca pelo melhor preço. Entende-se como “melhor preço” aquele que proporciona a melhor relação “custo x benefício”. Para isso se faz necessário estabelecer critérios técnicos de qualidade e desempenho que promovam o uso inteligente dos recursos públicos.

“Art. 7º Os critérios de julgamento empregados na seleção da proposta mais vantajosa para a administração serão os de menor preço ou maior desconto, conforme dispuser o edital.

Parágrafo único. Serão fixados critérios objetivos para definição do melhor preço, considerados os prazos para a execução do contrato e do fornecimento, as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade, as diretrizes do plano de gestão de logística sustentável e as demais condições estabelecidas no edital.”

Por fim, para dar maior sustentação a sua argumentação, anexa ao presente pedido de impugnação ao edital, o Documento – Critérios para a Concessão do Selo Procel de Economia de Energia A Lâmpadas Led com Dispositivo de Controle Integrado à Base (Documento Complementar ao Regulamento para Concessão do Selo Procel de Economia de Energia), conforme doc pad nº021221/2020.

Ao final, requer:

1 - esta IMPUGNAÇÃO seja julgada procedente, com efeito de constar no Edital, em seu “Termo de Referência”, na descrição dos itens 32 e 34, especificações técnicas e, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade que promovam o desenvolvimento sustentável.

2 - para definição das especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade, sejam considerados os critérios constantes do “**DOCUMENTO COMPLEMENTAR AO REGULAMENTO PARA CONCESSÃO DO SELO PROCEL DE ECONOMIA DE ENERGIA**”, informando

- a) Potência da Lâmpada
- b) Fluxo Luminoso
- c) Eficiência Energética (igual ou superior à 90lm/W para lâmpadas Tubulares com tipo de base G13)



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

- d) Fator de potência (maior ou igual a 0,92)
- e) Vida útil declara.

Requer ainda que seja determinada nova pesquisa de mercado para adequação do valor de referência, tomando como referência produtos com as novas características técnicas definidas, e a republicação do Edital, inserindo as alterações aqui pleiteadas, reabrindo-se o prazo inicialmente previsto, conforme § 4º, do art. 21, da Lei nº 8666/93.

É o relatório.

DO DIREITO

No que concerne ao pedido de Impugnação ao Edital formulado pela empresa Prime Consultoria e Assessoria Empresarial, por se tratar de especificações do Termo de Referência, procedemos à consulta à SELIC e, em ato contínuo, reencaminhamos email à unidade demandante (SEMAC) com o pedido de Impugnação ao Edital em comento para a sua manifestação, a qual se manifestou pela mesma via, da seguinte forma, conforme doc.pad nº 021233/2020:

Em 05/02/2020.

“Prezado Lúcio,

Essa seção demandante solicita a exclusão dos itens nº 32 e 84 do Termo de Referência 12/2018, após consulta a área técnica desse tribunal. E de acordo como sugerido pela SELIC, vamos inseri-lo no PAD 11128/2019, com as devidas correções técnicas”.

Atenciosamente,
Nilo Nunes
SEMAC
7088

DECISÃO

Diante do exposto pelo setor solicitante e com fulcro nas orientações/recomendações da SELIC- Seção de Licitações, somos favoráveis à EXCLUSÃO dos itens 32 (Cota Reservada) e 84 (Cota Principal) do Termo de Referência vinculado ao edital do Pregão Eletrônico nº 01/2020.

Seguindo a orientação da SELIC, acompanhada pela unidade demandante, entendemos que, smj, os bens constantes nos itens a serem excluídos (lâmpadas) por se tratar de produto praticamente em falta neste Tribunal e de suma importância para o seu regular funcionamento, deveriam ser inseridos no TR referente ao PAD nº 11.128/2019 (Aquisição de Material Elétrico, Diverso e Hidráulico), ora em tramitação na ASJUR1. Nesse caso, com as devidas correções técnicas, conforme



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

sinalizado pela SEMAC, unidade demandante. Por oportuno, ressalto que no item 49 do TR vinculado ao processo pad nº11.128/2019, já consta no item 49, pedido de lâmpada tubular similar.

Destarte, com fulcro na manifestação da unidade demandante de exclusão dos itens nº 32 e 84 do Termo de Referencia vinculado ao edital nº01/2020, não julgamos procedentes os pedidos formulados pela empresa impugnante, até porque, caso procedida por este Tribunal à exclusão dos itens 32 e 84, os pedidos formulados pela empresa impugnante perderam o objeto.

Isso posto, smj, rejeito todos os pedidos formulados pela empresa NUNES E UEKI COMERCIO DE MATERIAIS ISOLANTES E DE FIXAÇÃO - ELÉTRICA THERMOFIX.

Oportuno repisar que a abertura da sessão deste Pregão Eletrônico está prevista para ocorrer no dia 07 de fevereiro de 2020, às 9h(horário de Brasília).

É a decisão, devendo ser submetida à apreciação do Exm. Sr. Presidente do Tribunal.

À ASSESD, para ciência e deliberação.

Salvador (BA), em 05 de fevereiro de 2020.